

Real entra em fase de turbulência

■ Equipe econômica espera que principais indicadores apresentem resultados negativos até o primeiro trimestre do ano que vem

CLAUDIA SAFATLE
e VERA BRANDIMARTE

BRÁSILIA — O Plano Real entrou em uma crítica zona de turbulência que deve durar pelo menos até março, nas expectativas do governo. O déficit da balança comercial, de US\$ 1,308 bilhão em outubro, é apenas um elemento dos "sa-colejos e marolas" que a equipe de economistas oficiais antevê para os próximos meses.

O secretário de Política Econômica, José Roberto Mendonça de Barros, admitiu, em conversa com o JORNAL DO BRASIL, que os principais indicadores - o desempenho da balança comercial e o déficit do setor público - prosseguirão com resultados negativos por mais al-

guns meses e disse que o governo prepara-se para suportar o tranco e manter o leme nas mãos.

Coube a ele, ontem, a tarefa de divulgar o déficit da balança comercial em outubro, de US\$ 1,308 bilhão, resultado de importações recordes de US\$ 5,49 bilhões e de exportações medíocres, de US\$ 4,18 bilhões.

O saldo negativo ficou bem acima das expectativas iniciais do mercado financeiro, que trabalhava há um mês com um número de no máximo R\$ 1,1 bilhão.

Para Mendonça de Barros, o resultado da balança comercial não deveria causar tanto barulho. "Pelo aumento do nível de atividade da



economia, era esperado um movimento semelhante de crescimento das importações", diz ele.

Antecipação — A indústria antecipou este ano a produção de bens para o Natal, importando mais matérias-primas e componentes desde final de julho. A tendência, para este mês de novembro, é de importações menores, o que deve derrubar o déficit comercial para a casa dos US\$ 800 milhões. Em dezembro, o déficit pode subir para cerca de US\$ 900 milhões porque as exportações são sazonalmente fracas, na avaliação da empresa de consultoria MCM.

O problema, assinalou o secretário, não está num comportamento

anormal de importações, cuja trajetória segue colada à produção industrial — em recuperação neste segundo semestre do ano. A questão é a apatia das exportações, que, por suas previsões, só começam a dar sinais de reativação a partir de março.

O governo deposita suas esperanças na colheita da nova safra agrícola, que deve crescer para algo entre 78 milhões a 80 milhões de toneladas — se o clima cooperar, já que o tradicional fomentador do aumento de plantio, o Banco do Brasil, está ajudando bem pouco, jogando suas fichas muito mais na cobrança de dívidas passadas do que em novas operações de crédito.

Governo aposta na recuperação

A área econômica também conta com uma retomada de exportações da indústria automobilística, que vem investindo na produção de carros mundiais. E com a volta por cima de setores ou de parcela de setores, como a indústria têxtil e de calçados, que enfrentaram a concorrência dos importados e conseguiram tornar-se competitivos.

O governo está disposto a aguentar a agitação e a pressão do mercado, que antecipa, trazendo para o presente, todo o comportamento futuro negativo dos indicadores macroeconômicos. E vai esperar o teste para saber quem está com a razão: se o coro de economistas e industriais que criticam o câmbio como elemento de desestímulo a exportações; ou o governo que aposta na retomada das exportações no médio prazo, como resultado da maturação de medidas de estímulo aos exportadores adotadas este ano.

Críticos — O deputado Delim Netto (PPB-SP), que lidera o coro dos críticos da política cambial, alertou: "Eles (os economistas do governo) vão ser atropelados pelos fatos. O governo criou uma teoria falsa, de que mexer no câmbio produz inflação na relação de um para um. Ou seja, nunca mais se poderá mexer em câmbio real".

O mais complicado é que as más notícias não virão só da área externa. O déficit operacional do setor público — que contabiliza os juros incidentes sobre as dívidas do governo federal, dos estados e municípios e suas estatais — já estava em 3,88% do Produto Interno Bruto em agosto, último número publicado. Como são dados divulgados com defasagem de pelo menos dois meses, eles devem espelhar, até março, o quadro de deterioração das contas em 1996, que foi provocado sobretudo pelos estados.

Déficit — Um dos problemas do governo, diz Mendonça de Barros, está na qualidade desses números do déficit, que deve fechar o ano de 1996 menor que os 4,9% do PIB de 1995, mas não muito distante. A Secretaria de Política Econômica criou um grupo para trabalhar sobre essas contas, com duas preocupações básicas. A primeira é checar junto aos bancos se as dívidas das empresas estatais já privatizadas foram devidamente retiradas da contabilidade da dívida pública. O governo desconfia que isso ainda não ocorreu. A segunda é analisar a possibilidade de um acerto de contas entre as estatais e a União, que incham o saldo da dívida com dupla contagem de um mesmo crédito.

Para 1997, os números do déficit tendem a melhorar até por conta da queda de juros nominais, acredita o secretário. Este ano, a queda abrupta da inflação não foi acompanhada pela taxa de juros. Em contrapartida, os acordos dos estados com a União e os financiamentos de despesas para reduzir pessoal ainda terão reflexo sobre o aumento da dívida pública.

O noticiário da balança comercial continua na página 22